

Processo n.º 450/2026

Pregão n.º 90012

ID CidadES n.º 2026.500D1400001.01.0009

EDITAL N.º 90012/2026

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, sediada na Praça Manoel Silvino Monjardim, 54, Centro, Vitória/ES, CEP 29.010-520, por intermédio deste Agente de Contratação/Pregoeiro, designado pela Portaria DPES n.º 145, publicada em 1º de fevereiro de 2024, torna pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Estadual n.º 5354-R-2023 e demais normas aplicáveis, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, pelo sistema de **REGISTRO DE PREÇOS** conforme as regras descritas neste Edital.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br.

DATA: 08/05/2026

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 10h

SÍTIOS ELETRÔNICOS OFICIAIS: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR GRUPO

UASG: 926622

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP: NÃO

MÓDULO DE DISPUTA: ABERTO-FECHADO

PERMITE CONSÓRCIO: NÃO

PERMITE SUBCONTRATAÇÃO: SIM

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no site eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente pregão é a seleção da proposta mais vantajosa para o **registro de preços para a eventual aquisição de pacote de café em pó - torrado e moído** de acordo com os termos e especificações

estabelecidas no Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar, Anexos I e II deste Edital.

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Sistema de Compras Governamental e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

1.3. As especificações e o valor unitário e total estimado para a contratação encontram-se descritos no modelo de proposta, que constitui o Anexo III deste Edital.

OBS: Os valores apresentados do Estudo Técnico Preliminar são estimativos iniciais à contratação não devendo ser confundidos com os valores máximos permitidos para esse certame, sendo o mesmo disposto no ANEXO III.

2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

2.1. Até às 23h59min (horário de Brasília) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, **poderá impugnar** o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@defensoria.es.def.br.

2.2. Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

2.3. A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

2.4. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

2.5. Não colhida a impugnação contra este edital, a Decisão do Pregoeiro será encaminhada a Autoridade Competente para manutenção ou não da decisão.

2.6. Os **pedidos de esclarecimentos** deverão ser enviados ao Pregoeiro até às 18h (horário de Brasília) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@defensoria.es.def.br.

2.7. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

2.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br para os interessados.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Defensoria Pública responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda

que por terceiros.

3.2. Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

3.3. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

3.3.1. tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta em qualquer esfera de Governo, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei n.º 14.133/2021;

3.3.2. estejam impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei n.º 14.133/2021;

3.3.3. tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com a Defensoria Pública, nos termos do art. 87, III, da Lei n.º 8.666/1993;

3.3.4. estejam elencadas no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021;

3.3.5. encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação;

3.3.6. constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.3.7. em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/92.

3.4. A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

3.4.1. SICAF e Relação de Servidores disponíveis no Portal da Transparência do Defensoria Pública, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei n.º 14.133/2021;

3.4.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

3.4.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;

3.4.4. Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

3.5. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

3.6. As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei n.º 14.133/2021.

3.7. É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, tendo em vista a baixa complexidade do objeto a ser contratado.

4. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

4.1. A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o preço total de cada item, observados o quantitativo e a unidade fornecimento do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (Anexo I).

4.2.1. Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

4.2.2. Não será aceita proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste Edital.

4.3. Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

4.4. O campo 'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado' será destinado às informações complementares da proposta.

4.5. A omissão de quaisquer informações que trata o item anterior, implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

4.6. Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital.

4.7. A licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as declarações:

4.7.1. de condições de participação:

- a) sobre ciência do edital;
- b) sobre inclusão de custos para atender obrigações trabalhistas.

4.7.2. para fins de habilitação:

- a) sobre atendimento aos requisitos de habilitação;
- b) sobre inexistência de impedimento à habilitação;
- c) sobre cumprimento das reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas, se aplicável;
- d) sobre conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- e) sobre ausência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

4.7.3. de cumprimento da legislação trabalhista:

- a) sobre inexistência de tratamento desumano ou degradante;
- b) sobre cumprimento às exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para

aprendiz, se aplicável.

4.8. A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar n.º 123/2006, ou queira participar da licitação, deverá declarar em campo próprio do sistema.

4.9. Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.10. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

4.11. As propostas terão validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.11.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.12. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

5. DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

5.2.1. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail licitacao@defensoria.es.def.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

5.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.4. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

6. DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

6.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo **modo de disputa “ABERTO-FECHADO”**.

6.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento,

ressalvado o disposto no item 6.3.

6.3. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei n.º 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

6.3.1. proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

6.3.2. proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexecutabilidade.

6.3.2.1. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

6.4. Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 6.3.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o **intervalo mínimo de R\$ 0,01 (um centavo)**.

7.2. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

7.3. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.4. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.5. Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n.º 14.133/2021.

7.5.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

7.5.2. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

7.5.3. Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021.

7.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.8. Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.

7.9. A possibilidade de exclusão de lance inexecutável por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

8. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021.

8.1.2. **A presente seção somente será aplicada em relação aos itens ou grupos não exclusivos para participação de microempresas (ME's) e empresas de pequeno porte (EPP's).**

8.2. Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º do mesmo diploma legal e do §2º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

8.3. Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

8.3.1. Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;
- b) não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas ofertas estejam dentro do limite fixado no caput deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.3.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Será considerada vencedora a proposta de **menor valor total do grupo**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.1.1. Não serão aceitas propostas cujo valor unitário de cada item seja superior ao valor estimado para a contratação, apurado na pesquisa de preços.

9.1.2. No caso de a proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar conter itens com valores superiores aos estimados, o pregoeiro poderá negociar a sua redução até o valor aceitável.

9.2. O objeto deste pregão será adjudicado por grupo ao licitante cuja proposta seja considerada

vencedora.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei n.º 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

10.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.1.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo III do Edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

11.1.1. Deverá constar na Proposta Atualizada:

- a) Indicação dos valores unitários dos itens e totais por lote, no modelo apresentado em campo próprio do sistema provedor;
- b) Prazo de Validade da Proposta: não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 (sessenta) dias;
- c) Quando exigido, a indicação da marca, que deverá ser idêntica à apresentada inicialmente, quando do cadastramento da proposta comercial preliminar, no sistema provedor;
- d) Quando exigido, a indicação da modalidade de Garantia Contratual, conforme art. 96, §1º da Lei 14.133/2021.

11.2. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licitacao@defensoria.es.def.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.3. O prazo para envio da proposta será de 3 (três) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado ou diminuído, motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.3.1. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.4. O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

11.4.1. A apresentação dos materiais e documentos a que se refere o subitem 11.4 não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas pela Defensoria Pública.

11.5. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida

pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.6. A proposta será desclassificada quando:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do valor máximo aceitável para a contratação;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

11.7. A Defensoria Pública poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea “d” acima.

11.7.1. Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.

11.8. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor máximo aceitável constante no Anexo III.

11.9. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

11.10. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei n.º 14.133/2021.

12. DA AMOSTRA

12.1. Os termos e condições para a apresentação da amostra encontram-se detalhados no Anexo I deste Edital.

13. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL E TRABALHISTA

13.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

13.1.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar, a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006.

13.2. Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

13.3. Caso os documentos de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista não estejam atualizados no SICAF, para fins de habilitação a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

13.3.1. Quanto à **habilitação jurídica**:

- 1) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 2) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e sua Consolidação ou alterações em vigor;
- 3) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 4) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de documentos de eleição da diretoria em exercício;
- 5) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, em se tratando de Microempreendedor Individual.

13.3.2. Quanto à **Regularidade Fiscal e Trabalhista**:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- g) Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

14. DA COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA

14.1. Para fins de habilitação técnica, não será exigida a apresentação de atestados de capacidade técnica.

14.2. A comprovação da aptidão técnica e da regularidade operacional da licitante dar-se-á mediante o **cumprimento integral das exigências estabelecidas no Item 10.4 do Termo de Referência.**

15. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

15.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, será exigida:

15.1.1. **Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

15.1.1.1. As empresas que apresentarem certidão positiva de recuperação judicial poderão participar desta licitação desde que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou certifique que a empresa está em condições de contratar com a Administração Pública;

15.1.1.2. O fato de o licitante encontrar-se em situação de Recuperação Judicial não o exime de comprovar sua qualificação econômico-financeira, pela apresentação de índices ou comprovação de Capital Social/Patrimônio Líquido mínimo, na forma exigida neste instrumento.

16. DOS OUTROS DOCUMENTOS

16.1. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no subitem 4.7 deste edital.

16.2. Os documentos exigidos nesta seção que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

16.3. O prazo para envio dos documentos de que trata essa seção e de no mínimo, 60 (sessenta) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

16.4. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

16.5. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

16.6. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

16.7. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

16.8. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, no endereço constante do rodapé) ao cuidados do Pregoeiro, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

16.9. Encerrado o prazo para envio da documentação complementar, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

- a) a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

16.10. A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada conforme as regras previstas nesta seção, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

16.11. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 12.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

16.12. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail licitacao@defensoria.es.def.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

16.13. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando,

comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

16.14. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

16.15. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da empresa licitante e com indicação do número do CNPJ e endereço.

16.15.1. Se o licitante for participar por meio da matriz, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto quando expressamente ampliada a validade para todos os estabelecimentos da empresa, matriz e filiais.

16.15.2. Se o licitante for participar por meio da filial, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto quando expressamente ampliada a validade para todos os estabelecimentos da empresa, matriz e filiais.

16.16. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

16.17. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

16.18. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar n.º 123/2006;

16.19. A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

16.20. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

16.21. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

17. DAS OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS

17.1. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei n.º 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei n.º 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

17.2. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a) identidade dos sócios;
- b) atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos;
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

17.3. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

17.4. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei n.º 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretam a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b) relatará o fato à Autoridade Superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

18. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

18.1. Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

18.2. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

19. DO RECURSO

19.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até 30 (trinta) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

19.2. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

19.3. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 18.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

19.4. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais.

19.5. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será

assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

19.6. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

19.7. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados ao Defensor Público-Geral para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei n.º 14.133/2021.

19.8. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

20.1. O objeto deste Pregão será adjudicado e homologado exclusivamente pelo Defensor Público-Geral.

20.2. O objeto deste Pregão será adjudicado à vencedora do certame por grupo.

21. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Após homologado o resultado deste Pregão, a Defensoria Pública convocará a licitante vencedora para assinar Ata de Registro de Preços, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, presencialmente, informando o local, data e hora sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

21.2. O prazo de convocação de que trata o item 21.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

21.3. A ata registrará apenas os preços e os quantitativos da licitante mais bem classificada durante a fase competitiva, sendo que o registro das demais licitantes será incluído na ata em forma de anexo, observando-se a sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, se houver.

21.4. Caso a licitante vencedora convocada não realize a retirada da Autorização de Funcionamento ou assine o instrumento de contrato no prazo estabelecido no item 21.1, será facultado à Administração, por meio do Pregoeiro/Agente de Contratação, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §2º e 4º do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021.

21.4.1. O registro das demais licitantes a que se refere o item 21.4 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei n.º 14.133/2021 no caso de impossibilidade de atendimento pela primeira colocada da ata.

21.4.2. Se houver mais de uma licitante na situação de que trata o item 21.4, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

21.5. No caso de a licitante vencedora, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e em seus anexos, serão convocadas as licitantes integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.

21.5.1. A convocação das licitantes do cadastro de reserva que aceitaram cotar o objeto em valor igual ao da licitante mais bem classificada, de que trata o subitem 21.4.1, antecederá a convocação das licitantes que mantiveram sua proposta, componentes do cadastro referido no subitem 21.4.2.

21.5.2. A convocação das licitantes do cadastro de reserva que mantiveram sua proposta,

componentes do cadastro referido no subitem 15.3.2.2, observada a ordem de classificação, será para negociação com vistas à obtenção de preço melhor, ainda que acima do preço do adjudicatário.

21.5.3. Se as negociações com todas as licitantes do cadastro de reserva que mantiveram sua proposta forem frustradas, a Administração poderá, observada a ordem de classificação, contratar nas condições inicialmente ofertadas.

21.6. A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, IV, da Lei n.º 14.133/2021.

21.7. A recusa injustificada de fornecedor beneficiário classificado em assinar a ata ensejará a aplicação das penalidades previstas neste edital e seus anexos.

21.8. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

22. DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 12 (dozes) meses contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas.

22.2. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos.

23. DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO

23.1. Não serão admitidas adesões à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação, conforme justificativa presente no TR.

24. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

24.1. Durante a vigência da ARP, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas.

24.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no item 19.1, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

24.3. Os preços das contratações decorrentes da Ata poderão ser reajustados após 12 (doze) meses contados da data de celebração do ajuste, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

25. DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/SERVIÇO/CONTRATO

25.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços a Defensoria poderá convocar o fornecedor beneficiário para a retirada da Autorização de Fornecimento/Serviço ou assinar o instrumento de contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

25.2. O prazo de convocação de que trata o item 21.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e

desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

25.3. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal do fornecedor beneficiário a possua, no mesmo prazo indicado no item 25.1.

25.4. A Defensoria Pública poderá enviar o contrato para assinatura do fornecedor beneficiário, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 25.1.

25.5. A falta de manifestação no prazo estabelecido acima autoriza a Defensoria Pública a convocar os fornecedores integrantes do cadastro de reserva constante do anexo da Ata de Registro de Preços, observada a ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços e, posteriormente, assinar o contrato em iguais condições.

25.6. Para a assinatura do contrato, o fornecedor beneficiário terá que comprovar documentalmente que o faz por meio de seu representante legal, com poderes para tal.

25.7. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á, por meio do SICAF e de outros meios, se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei n.º 14.133/2021.

25.8. A Autorização de Fornecimento/Serviço ou o Contrato vinculam-se aos termos do edital do Pregão Eletrônico n.º 90012/2026 constante do Processo n.º 450/2026, da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora.

26. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

26.1. As hipóteses e regras sobre o cancelamento do registro de preços encontram-se detalhados na minuta da Ata de Registro de Preços, Anexo V deste Edital.

27. DA FORMA DE PAGAMENTO

27.1. O pagamento será feito conforme previsto no Termo de Referência que constitui o Anexo I deste edital.

28. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

28.1. As regras quanto à entrega e ao recebimento do objeto encontram-se previstas no Termo de Referência, que constitui o Anexo I deste edital.

29. DAS OBRIGAÇÕES

29.1. As obrigações da Contratada e Contrante encontram-se transcritas no termo de referência que constitui o Anexo I deste Edital.

30. DA FISCALIZAÇÃO

30.1. As regras sobre a fiscalização da execução ou entrega do objeto encontram-se previstas no Termo de Referência que constitui o Anexo I deste Edital.

31. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

31.1. É vedado efetuar acréscimos ou supressões nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei n.º 14.133/2021.

31.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alteradas nas hipóteses e condições estabelecidas no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

32. DA RESCISÃO

32.1. A inexecução total ou parcial do ajuste poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei n.º 14.133, de 2021.

32.2. A extinção do ajuste poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Defensoria Pública, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes; ou
- c) determinada por decisão judicial.

32.3. A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente da Defensoria Pública.

32.4. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

33. DAS PENALIDADES

33.1. A recusa injustificada da adjudicatária em retirar a respectiva Autorização de Fornecimento/Serviço/contrato no prazo estabelecido neste Edital caracterizará o descumprimento total do compromisso assumido e o(a) sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

33.1.1. As licitantes remanescentes que, na hipótese de aceitarem as convocações previstas neste edital e, posteriormente, recusarem-se a retirar a autorização de fornecimento/serviço, também ficarão sujeitas às sanções referidas no item anterior.

33.2. Caso a licitante e/ou contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, observado o devido Processo Administrativo Sancionatório, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei n.º 14.133/2021.

33.3. Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei n.º 14.133/2021, a Autoridade Competente poderá:

- 33.3.1.** aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da Autorização de Fornecimento/Serviço; e
- 33.3.2.** determinar a rescisão unilateral do ajuste.

33.4. As sanções referentes à exexução do objeto desta licitação estão previstas no Termo de Referência, que constitui o Anexo I deste Edital..

33.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

34. DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

34.1. A Defensoria Pública e a Contratada se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente ajuste.

34.2. A futura contratada declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pela Defensoria Pública, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

34.3. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução deste ajuste para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

34.4. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução deste ajuste, em consonância com o disposto na Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do presente ajuste.

34.5. A contratada fica obrigada a comunicar a Defensoria Pública em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

34.6. Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste ajuste e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei n.º 13.709/2018 (LGPD).

35. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

35.1. O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

35.2. Integram este edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Estudo Técnico Preliminar
- c) Anexo II – Modelo de Apresentação de Proposta;
- d) Anexo III – Dados para envio da Autorização de Fornecimento/Serviço;
- e) Anexo IV – Minuta Ata de Registro de Preços.

35.3. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

35.4. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

35.5. As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

35.6. A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do Governo Estadual e da Defensoria Pública no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

35.7. As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto n.º 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam a Defensoria Pública, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.

35.8. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro, com auxílio da Assessoria Jurídica da Defensoria Pública.

36. DO FORO

36.1. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, com exclusão de qualquer outro.

Vitória, 23 de abril de 2026.

JOÃO AUGUSTO FRAGA MENDES

Membro da Equipe de Apoio da Pregoeira

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer os elementos técnicos, administrativos e operacionais necessários à realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, sob o Sistema de Registro de Preços, destinado à contratação de empresa para o fornecimento de café torrado e moído em embalagem de 500g, visando atender às necessidades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES).

1.2 A contratação tem por objetivo possibilitar o fornecimento contínuo de café destinado ao consumo nas unidades administrativas e de atendimento da instituição, contribuindo para o adequado funcionamento das atividades institucionais e para a melhoria das condições de atendimento ao público.

1.3 O presente documento foi elaborado com base nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) constantes do respectivo processo administrativo, contemplando as especificações técnicas mínimas do produto, requisitos de qualidade, condições de fornecimento, prazos de entrega e demais exigências necessárias à adequada execução contratual, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como com os demais normativos aplicáveis às contratações públicas.

1.4 A presente contratação visa assegurar o abastecimento regular das unidades da Defensoria Pública, contribuindo para a manutenção das atividades administrativas e para a oferta de ambiente adequado ao atendimento de membros, servidores, colaboradores e do público em geral.

1.5 Busca-se, ainda, promover a padronização do insumo fornecido, garantindo uniformidade na qualidade do café disponibilizado nas diversas unidades da instituição, bem como maior controle de consumo e gestão de estoque.

1.6 A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão da natureza contínua e estimativa da demanda, permitindo aquisições futuras e parceladas, conforme a necessidade efetiva das unidades administrativas, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

1.7 A contratação pretendida também visa contribuir para a melhoria das condições de trabalho nas unidades da instituição, proporcionando suporte adequado às rotinas administrativas e ao atendimento ao público.

1.8 Ademais, pretende-se assegurar que o café a ser fornecido atenda a requisitos mínimos de qualidade, pureza, acondicionamento e conformidade com as normas técnicas e sanitárias aplicáveis, observando-se critérios de economicidade, padronização e eficiência na utilização dos recursos públicos.

1.9 Dessa forma, a presente contratação visa atender de forma eficiente, planejada e economicamente vantajosa às demandas institucionais relacionadas ao fornecimento de café, contribuindo para o adequado funcionamento das unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo e para a melhoria das condições de atendimento ao público.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de café torrado e moído, em embalagem de 500g, destinado ao

atendimento das demandas institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES).

2.2 A presente contratação tem por finalidade assegurar o fornecimento contínuo de insumo essencial às atividades administrativas e de atendimento ao público, contribuindo para a adequada execução das rotinas institucionais e para a melhoria das condições de trabalho nas unidades da instituição.

2.3 O produto a ser fornecido deverá atender integralmente às especificações técnicas mínimas, padrões de qualidade e quantitativos estimados estabelecidos neste Termo de Referência, observando-se as normas técnicas e sanitárias aplicáveis, especialmente o Decreto Estadual nº 1.674-R/2006, bem como as condições adequadas de acondicionamento, transporte e entrega.

2.4 O café deverá apresentar características adequadas de qualidade, pureza, aroma e sabor, sendo próprio para consumo humano, acondicionado em embalagem apropriada que assegure sua conservação e integridade até o momento do consumo.

2.5 O bem objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis às contratações públicas, tratando-se de insumo de consumo comum e amplamente utilizado no âmbito administrativo.

2.6 O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme a demanda da Contratante, não havendo obrigatoriedade de aquisição do quantitativo total estimado constante neste Termo de Referência ou no respectivo Estudo Técnico Preliminar, ficando as aquisições condicionadas à necessidade administrativa e à disponibilidade orçamentária.

2.7 As especificações técnicas detalhadas do café, bem como os quantitativos estimados para a contratação, encontram-se discriminados no quadro a seguir, no qual constam as características mínimas exigidas e demais parâmetros necessários ao adequado atendimento das necessidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

GRUPO ÚNICO			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA
01	<p>CAFÉ EM PÓ, TORRADO E MOÍDO – CATEGORIA SUPERIOR.</p> <p>Unidade de Medida: Pacote de 500g</p> <p>1. Descrição do Produto</p> <p>Café em pó, torrado e moído, de safra recente, composto por grãos sadios e limpos. O produto deve apresentar aroma e sabor característicos, corpo equilibrado e ausência de sabores estranhos (como mofo, terra ou fermentação excessiva).</p> <p>2. Padrões de Qualidade e Composição</p> <ul style="list-style-type: none"> Classificação Sensorial: Nota de Qualidade Global (QG) mínima de 6,0 (seis) na escala sensorial de 0 a 10, conforme Metodologia de Avaliação Sensorial da ABIC ou norma equivalente (Portaria MAPA nº 570/2022). Composição: Blend predominante de <i>Coffea arabica</i>, sendo permitida a combinação com <i>Coffea</i> 	100	4.000

canephora (Conilon/Robusta) de alta qualidade, ou 100% Arábica.

· **Pureza:** Máximo de **1% de impurezas** (cascas e gravetos) por peso, e **0% de sedimentos** (milho, cevada, etc.).

· **Torra e Moagem:** Torra média (cor uniforme) e moagem média-fina, homogênea.

3. Acondicionamento e Validade

· **Embalagem:** Primária, hermeticamente fechada **a vácuo (estanque)**, em material laminado de alta barreira, que garanta a preservação das propriedades organolépticas.

· **Rotulagem:** Deve conter, de forma legível e indelével:

o Data de fabricação e prazo de validade (mínimo de 6 meses no ato da entrega).

o Selo da categoria de qualidade (Superior).

o Informações nutricionais e número de registro no órgão competente (MAPA/ANVISA).

4. Critérios de Aceitabilidade e Comprovação

Para garantir que o produto entregue seja o especificado, a licitante deverá apresentar:

1. **Certificação PQC (Programa de**

Qualidade do Café) da ABIC: Categoria "Superior" em plena validade para a marca cotada.

2. **Alternativa ao PQC:** Caso a marca não possua selo ABIC, deverá apresentar **Laudo de Análise Sensorial** emitido por laboratório credenciado ou por provador certificado (Q-Grader), comprovando a nota de **QG $\geq 6,0$** , e **Laudo de Microscopia** comprovando o índice de impureza inferior a 1%.

o Nota: O órgão reserva-se o direito de realizar coletas aleatórias durante o contrato para testes de contraprova a expensas da contratada.

As classificações do café quanto à qualidade ficam estabelecidas pela ABIC como:

- Cafés com pontuação global mínima de 4,5 pontos são considerados Tradicionais/Extrafortes
- Cafés com pontuação global na faixa de 6,0 a 7,2 pontos são considerados Superiores.
- Cafés com pontuação global acima de 7,3 pontos são considerados Gourmets.

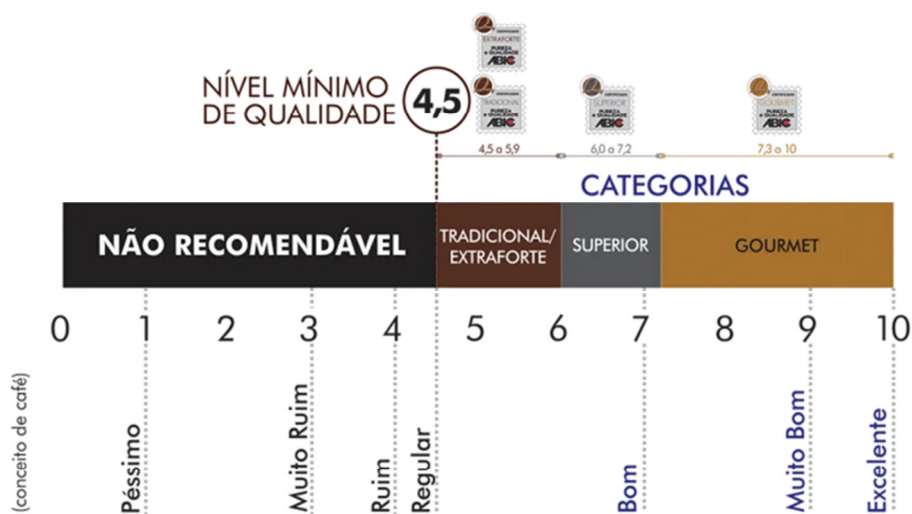


Fig. 1: Escala de Qualidade do Café ABIC. Vale lembrar que a pontuação varia de 0 a 10 pontos.

OBS: O Decreto Estadual nº. 1.674-R, de 24 de maio de 2006, define as normas técnicas para fixação da qualidade de café torrado e moído, para fins de procedimento licitatório, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo, de modo que as características mínimas de qualidade a serem observadas são as seguintes:

a) Classificação de bebida: em relação a esse quesito, serão permitidos produtos classificados como bebida dura para melhor, que apresentem as seguintes características sensoriais e qualidade global da bebida:

- (i) o aroma deverá ser característico de café, de suave a intenso;
- (ii) o amargor de leve a moderado;
- (iii) o sabor característico e agradável ao paladar;
- (iv) a acidez baixa;
- (v) o corpo médio ou encorpado, com qualidade global de sabor agradável recomendável, com notas igual ou superior a 6,0 pontos, numa escala de 0 a 10 pontos, seguindo a tabela de avaliação da qualidade global da bebida (segundo a Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC);

b) Espécie de café: a indústria poderá realizar combinações/blends das espécies de café arábica e conilon em quaisquer quantidades percentuais, desde que o produto final atenda a todos os quesitos de qualidade presentes no referido Decreto, como classificação de bebida e pureza;

c) Forma de preparo: coador, se em grão torrado ou moído.

d) Pureza do produto: os cafés participantes das licitações deverão apresentar nível de pureza em conformidade com as normas técnicas da ABIC.

e) Embalagens: à vácuo, em conformidade com as normas técnicas da ABIC. A embalagem a vácuo foi selecionada pelo prazo de validade ser estendido em

comparação com as demais embalagens, principalmente a embalagem Almofada, conforme informações técnicas obtidas no site da ABIC: *Podem estar acondicionados em embalagem Almofada (validade no máximo de 4 meses) ou à Vácuo (validade máxima de 12 meses) a partir da entrega pelo fornecedor (...)*

f) Prazo de validade: para embalagens do tipo vácuo puro, 12 (doze) meses, e do tipo válvula aromática, 06 (seis) meses;

2.8 Os produtos dessa contratação não se enquadram como bem de luxo;

2.9 Os produtos e serviços contratados serão fornecidos **por demanda**, conforme as necessidades do Contratante. Não haverá obrigatoriedade de aquisição ou aplicação do quantitativo total citado neste Termo de Referência ou Estudo Técnico Preliminar.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo com o estabelecido no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

4 DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1 Constatou-se a necessidade de a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES) proceder à contratação de empresa para o fornecimento de café torrado e moído em embalagem de 500g, com o propósito de atender às demandas de consumo das unidades administrativas e de atendimento da Instituição, garantindo o regular funcionamento das atividades institucionais.

4.2 A providência decorre do dever da Administração de assegurar condições adequadas ao desempenho das atividades administrativas e ao atendimento ao público, contribuindo para a melhoria do ambiente de trabalho de membros, servidores e colaboradores, bem como para a oferta de um ambiente mais acolhedor aos usuários dos serviços da instituição.

4.3 Para possibilitar o adequado atendimento da demanda, faz-se necessária a instauração de procedimento administrativo próprio e a consequente seleção de empresa que atenda às exigências técnicas, critérios de qualidade e especificações estabelecidas pela área competente, assegurando o fornecimento do produto em conformidade com os padrões definidos pela Administração e com as normas aplicáveis.

4.4 Destaca-se que a contratação mostra-se necessária em razão da natureza contínua do consumo do insumo pelas unidades da Defensoria Pública, bem como da inexistência de meios internos para suprir tal necessidade, o que justifica a adoção do regular procedimento administrativo para atendimento da demanda.

5 DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1 Conforme as análises realizadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), a solução adotada consiste na contratação de empresa para o fornecimento de café torrado e moído em embalagem de 500g, destinado ao atendimento das necessidades das unidades administrativas e de atendimento da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES).

5.2 A opção pela contratação de empresa devidamente habilitada, conforme fundamentado no ETP, mostra-se a alternativa mais vantajosa para a Administração, por assegurar o fornecimento do produto com observância às especificações técnicas, padrões de qualidade e requisitos mínimos estabelecidos, especialmente quanto à

pureza, acondicionamento e conformidade com as normas sanitárias e técnicas aplicáveis, incluindo o Decreto Estadual nº 1.674-R/2006. A medida contribui para a padronização do insumo fornecido, para a regularidade do abastecimento das unidades e para a correta aplicação dos recursos públicos.

6 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Os requisitos da contratação compreendem o conjunto de exigências técnicas, operacionais e de qualidade necessárias ao adequado fornecimento de café torrado e moído em embalagem de 500g, incluindo especificações mínimas relacionadas à qualidade do produto, pureza, características sensoriais, acondicionamento, rotulagem, prazo de validade e conformidade com as normas técnicas e sanitárias aplicáveis, especialmente o Decreto Estadual nº 1.674-R/2006.

6.2 Abrangem, ainda, as condições relativas à forma de fornecimento do produto, periodicidade de entrega, prazo de entrega, critérios de recebimento provisório e definitivo, padrões mínimos de qualidade, bem como demais exigências indispensáveis à adequada execução do objeto, assegurando o pleno atendimento das demandas institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

6.3 Os parâmetros técnicos e operacionais encontram-se detalhadamente descritos no item 03 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento integrante do presente processo administrativo, o qual fundamenta as condições estabelecidas para a contratação, em conformidade com a legislação aplicável.

7 DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 A solução contempla a contratação de empresa para fornecimento de café torrado e moído em embalagem de 500g, sob demanda, visando assegurar o abastecimento das unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES) e a racionalização dos procedimentos administrativos de aquisição.

7.2 Todos os produtos fornecidos deverão ser novos e atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar (ETP), bem como observar as normas técnicas e sanitárias aplicáveis.

7.3 O café deverá apresentar qualidade compatível com as finalidades institucionais a que se destina, observando padrões adequados de pureza, aroma, sabor, acondicionamento e conservação.

7.4 O fornecimento deverá ocorrer conforme cronograma de demandas da Administração.

7.5 A contratação deverá observar, sempre que possível, critérios de sustentabilidade, incluindo a adoção de boas práticas ambientais relacionadas ao armazenamento, transporte e descarte das embalagens.

7.6 O pagamento será efetuado de acordo com a efetiva entrega dos produtos, mediante comprovação da conformidade com as especificações técnicas e quantitativas estabelecidas neste Termo de Referência.

7.7 O prazo máximo para entrega dos produtos será de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pela Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

7.8 Os produtos deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado da DPES, localizado no endereço: Av. Coronel Martins de Figueiredo, nº 152, Bairro Maruípe, Vitória/ES, CEP 29043-060, no horário compreendido entre 08h30min e 17h00min, em dias úteis, ou em outro local previamente indicado pela Administração.

7.9 O recebimento inicial será realizado a título provisório, mediante conferência das quantidades, especificações e condições físicas das embalagens entregues. A análise definitiva de conformidade será realizada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, por servidor designado ou comissão responsável.

7.10 Serão verificados, entre outros aspectos:

- a) Conformidade com as especificações técnicas exigidas;
- b) Integridade das embalagens e ausência de danos ou avarias;
- c) Quantidade e características conforme solicitado;

- d) Prazo de validade e condições de conservação do produto;
- e) Identificação e procedência do produto.

7.11 Serão recusados os produtos que apresentem quaisquer das seguintes condições:

- a) Falta de conformidade com as especificações técnicas estabelecidas;
- b) Embalagens danificadas, violadas ou com sinais de deterioração;
- c) Produto impróprio para consumo;
- d) Ausência de informações obrigatórias de identificação ou procedência;
- e) Descumprimento das normas técnicas e sanitárias aplicáveis.

7.12 Em caso de defeito, irregularidade ou não conformidade identificada após o recebimento, a contratada deverá substituir integralmente os produtos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal da Defensoria Pública, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

7.13 A contratada será responsável por todos os custos e encargos relacionados ao transporte, acondicionamento, seguro, carga e descarga dos produtos, devendo garantir a integridade até o efetivo recebimento pela Administração.

7.14 Os produtos deverão ser entregues acompanhados das informações necessárias à sua identificação e especificação, bem como da documentação pertinente que permita a verificação da conformidade com as características contratadas.

8 DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

8.1 A autoridade competente designou, formalmente, a comissão de recebimento de materiais de consumo, bens permanentes e serviços de entrega imediata com a responsabilidade de conferência de todos os bens entregues no almoxarifado dessa

instituição, conforme **PORTARIA DPES N° 126 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026**, responsáveis pelo acompanhamento da execução da contratação, aos quais compete:

- a) Exercer de modo sistemático a fiscalização da execução da contratação, objetivando verificar o cumprimento das disposições técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;
- b) Atestar o recebimento provisório e o definitivo de acordo com o art 140, da Lei Federal 14.133/21;
- c) Receber, conferir e atestar as NOTAS FISCAIS, com base nas requisições emitidas pela DPES;
- d) Anotar em registro próprio, comunicando à CONTRATADA, as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente.

8.2. A fiscalização anotarás todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação em registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme Termo de Referência;

8.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis;

8.4. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do DPES e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inconsistência;

8.5. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável por todos os serviços e/ou fornecimento de bens, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a prestação do serviço;

8.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA detectado pela fiscalização ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado, mediante o fornecimento à Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo de Nota Fiscal Eletrônica, juntamente com a comprovação da regularidade fiscal exigidos pelo art. 68 da Lei nº 14.133/2021. Estes documentos depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de até 20 dias úteis, após a respectiva apresentação;

9.1.1. Após o prazo acima referenciado, será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times (0,33 / 100) \times ND$$

Onde:

VM: Valor da multa financeira;

VF: Valor da nota fiscal;

ND: Número de dias em atraso.

9.2. Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais ou outra circunstância impeditiva, os mesmos serão devolvidos à empresa CONTRATADA para correção, sendo que o recebimento será suspenso, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo documento fiscal, devidamente corrigido;

9.3. A NOTA FISCAL ELETRÔNICA/NOTA FISCAL deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados quando na proposta, assim como, o número da contratação, os objetos, os valores unitários e totais;

9.4. Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto deverá ser comunicada ao CONTRATANTE, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente;

9.5. O CONTRATANTE poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela empresa CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

9.6. Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá manter as mesmas condições relativas à proposta de preço e a habilitação;

9.7. O pagamento referente ao valor da NOTA FISCAL somente será feito por Ordem Bancária;

9.8. Fica a CONTRATADA obrigada a observar e cumprir o disposto na Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual n.º 5.460-R, de 28 de julho de 2023;

9.9. A CONTRATADA deverá emitir as NOTAS FISCAIS/FATURAS ou quais outros documentos de cobrança com o destaque do IR a ser retido na fonte, em observância às regras de retenção do imposto de renda previsto nos normativos informado no item 9.8;

9.10. Em caso de não observância do disposto nos itens 9.2, 9.3 e 9.9, o pagamento ficará suspenso até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, não incidindo, no prazo de suspensão, a multa prevista no item 9.1.1.

10. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO DOS FORNECEDORES

10.1. Considerando os estudos realizados no Estudo Técnico Preliminar e o valor estimado da contratação, verifica-se a viabilidade da realização de pregão eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.2. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de menor preço por item, conforme previsto no art. 33 da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o modo de disputa aberto e fechado, na forma do art. 56 da referida Lei e demais normativos aplicáveis.

10.3. Para fins de habilitação, o fornecedor deverá apresentar:

- a) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- b) Regularidade jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeiro;
- c) Qualificação econômico-financeira;
- d) Qualificação técnica, nos termos do item 10.4.

10.4. A qualificação técnica será comprovada mediante:

10.4.1 Declaração de que atende a todos os requisitos exigidos para o fornecimento do objeto;

10.4.2 Comprovação de que cumpre rigorosamente a legislação vigente, normas técnicas e orientações dos órgãos fiscalizadores aplicáveis ao objeto;

10.4.3 Comprovação de manutenção, durante toda a execução contratual, das condições de habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista;

10.4.4 Apresentação de Certificação PQC (Programa de Qualidade do Café) da ABIC, na categoria “Superior”, em plena validade para a marca ofertada;

10.4.5 Alternativamente à certificação prevista no item anterior, apresentação de Laudo de Análise Sensorial emitido por laboratório credenciado ou por provador

certificado (Q-Grader), comprovando nota de Qualidade Global (QG) $\geq 6,0$, acompanhado de Laudo de Análise por Microscopia que comprove índice de impureza inferior a 1%;

10.4.6 A Administração reserva-se o direito de realizar coletas aleatórias durante a execução contratual para testes de contraprova, às expensas da contratada, a fim de verificar a conformidade do produto com as especificações exigidas.

11. DA ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O valor estimado da contratação foi obtido por meio de pesquisa de preços realizada junto a fornecedores do ramo. Com base nos levantamentos efetuados, o custo estimado da contratação corresponde a **R\$ 92.600,00 (noventa e dois mil e seiscentos reais)**.

11.2 Este valor tem como base a pesquisa de preços realizada pela Gerência Administrativa, com metodologia e fontes detalhadas no item 06 do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

11.3 A pesquisa final de preços mercadológica será realizada pelo Setor de Compras, com vistas ao ajuste do preço, que serão disponibilizados para efeito de divulgação em Edital como critério de julgamento das propostas.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignada no orçamento vigente da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, alocada na Ação 2357, Elemento de Despesa 3.3.90.30.07.

12.2 A assunção das obrigações decorrentes da presente contratação ficará condicionada à existência de saldo orçamentário suficiente, bem como à prévia emissão do respectivo empenho, em conformidade com a legislação financeira e orçamentária aplicável.

12.3 Caso haja necessidade de adequação ou remanejamento da dotação orçamentária durante a execução contratual, estes serão realizados de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes, mediante autorização da autoridade competente.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Entregar os produtos e cumprir integralmente as obrigações relacionadas com a contratação descritas neste Termo de Referência e no Contrato;

13.2. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

13.3. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos em que forem verificados vícios, defeitos ou incorreções;

13.4. Registrar as ocorrências havidas durante a execução do Contrato/Termo, dando plena ciência ao CONTRATANTE, bem como respondendo integralmente por sua omissão;

13.5. Disponibilizar para o CONTRATANTE um atendimento personalizado e imediato, com fornecimento de números de telefone, e-mail ou outra forma de comunicação para abertura de chamados;

13.6. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais ou pessoais causados pela CONTRATADA, seus empregados, ou prepostos ao CONTRATANTE, ou a terceiros;

13.7. Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, seguros e quaisquer outras não mencionadas, bem como responder pelo pagamento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade;

13.8. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE;

13.9. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a entrega do serviço, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

13.10. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

13.11. Apresentar os documentos de cobrança, inclusive, nota(s) fiscal(is) com a descrição completa dos serviços e/ou fornecimento de bens, juntamente com os documentos de regularidade fiscal exigidos por lei e a declaração de adimplemento de encargos;

13.12. Manter, durante toda a execução contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas;

13.13. Se responsabilizar integralmente pelos serviços e/ou fornecimento dos objetos contratados, nos termos da legislação vigente;

13.14. Designar um preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato, informando nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e substituto em suas ausências;

13.15. Permitir e viabilizar a realização de testes de qualidade e coletas de amostras do produto durante a execução contratual, sempre que solicitado pela Administração, a expensas da contratada, com o objetivo de verificar a conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência;

13.16. Manter sigilo de informações às quais porventura venha a ter acesso.

13.15.1 Todas as informações, imagens, aplicativos, dados, documentos, registros ou metadados que venham a ser acessados, manuseados ou utilizados em razão da execução do objeto contratual são de propriedade exclusiva da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), sendo vedado à CONTRATADA, bem como a seus empregados, prepostos ou colaboradores, repassá-los, copiá-los, reproduzi-los, alterá-los ou utilizá-los para finalidade diversa da execução contratual, sem prévia e expressa autorização da Administração.

13.15.2 A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente e por escrito à DPES qualquer irregularidade, falha, incidente ou anormalidade que venha a identificar durante a execução do objeto contratado, adotando as providências necessárias para sua adequada solução.

13.15.3 A CONTRATADA será responsável por assegurar que seus empregados, representantes ou quaisquer pessoas que atuem em seu nome observem rigorosamente o dever de sigilo e confidencialidade sobre todas as informações institucionais às quais tenham acesso em razão da execução contratual, responsabilizando-se por eventuais danos decorrentes de uso indevido, divulgação não autorizada ou vazamento dessas informações.

13.15.4 A eventual interação entre empregados ou colaboradores da CONTRATADA e servidores da DPES, quando necessária à execução do objeto contratado, não caracterizará qualquer vínculo empregatício, funcional ou de subordinação direta entre as partes, permanecendo cada qual responsável por suas obrigações legais e contratuais.

13.15.5 Todas as informações obtidas ou extraídas pela CONTRATADA durante a execução do objeto contratual deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada sua reprodução, utilização ou divulgação a terceiros, total ou parcialmente, sem autorização formal da Administração. A CONTRATADA deverá zelar pela manutenção do mais absoluto sigilo sobre dados, informações, documentos, especificações técnicas,

rotinas administrativas e demais conteúdos institucionais aos quais venha a ter acesso em razão da execução contratual.

13.15.6 A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas necessárias para assegurar a integridade, a segurança e a confidencialidade das informações eventualmente acessadas, armazenadas ou trafegadas durante a execução do contrato, responsabilizando-se por qualquer utilização indevida, perda, vazamento ou divulgação não autorizada dessas informações. O dever de confidencialidade permanecerá vigente mesmo após o encerramento da relação contratual, enquanto as informações não se tornarem públicas por meios legítimos ou por determinação legal.

13.17. Providenciar todos os meios necessários (transporte, ferramentas, equipamentos de segurança e mão de obra qualificada) para a execução do objeto.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1. Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência;

14.2. Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes aos objetos deste Termo de Referência, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da prestação dos serviços e/ou fornecimento do objeto;

14.3. Designar servidores com competência necessária para promover o recebimento do serviço, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, assim como prazos e entrega;

14.4. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA no prazo estipulado, nas condições e preços pactuados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais e legais;

14.5. Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução da contratação;

14.6. Acompanhar, coordenar e fiscalizar a contratação, anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas nos serviços executados e/ou fornecimento do objeto;

14.7. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços executados e/ou fornecimento do objeto, fixando prazo para a correção;

14.8. Aplicar as penalidades nas situações previstas neste Termo de Referência;

14.9. Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca de quaisquer ocorrências relacionadas à execução contratual, inclusive quanto à intenção de aplicação de penalidades, assegurando-lhe o contraditório e a ampla defesa;

14.9.1. As notificações serão realizadas por meios idôneos que assegurem a ciência inequívoca da CONTRATADA, tais como ofício com comprovação de entrega

mediante protocolo físico ou eletrônico, correio eletrônico (e-mail), fax, carta com aviso de recebimento (AR), ou outro meio que possibilite a comprovação do recebimento.

14.9.2. Para fins de validade da notificação, considera-se comprovado o recebimento quando houver registro que permita a identificação do destinatário, a data e hora da entrega, bem como a confirmação da efetiva ciência ou da disponibilização da comunicação, por meio de:

- I – protocolo físico assinado;
- II – aviso de recebimento (AR);
- III – comprovante de entrega ou transmissão (inclusive no caso de fax);
- IV – registro em sistema eletrônico oficial; ou
- V – confirmação de entrega ou leitura em meio eletrônico com sistema de confirmação digital idôneo.

14.9.3. No caso de utilização de correio eletrônico (e-mail), o endereço eletrônico deverá ser informado pela CONTRATADA no momento da assinatura do contrato, incumbindo-lhe manter seus dados atualizados durante toda a execução contratual, sob pena de ser considerada válida a notificação enviada ao endereço previamente informado.

14.9.4. A notificação será considerada realizada:

- I – na data do recebimento, quando comprovada por protocolo, aviso de recebimento (AR), comprovante de entrega ou documento equivalente;

II – na data da confirmação de entrega, transmissão ou leitura, quando utilizada comunicação eletrônica ou fax com sistema de confirmação idôneo;

III – na data do registro de disponibilização da comunicação, quando realizada por meio de sistema eletrônico oficial que permita o rastreamento e a comprovação de acesso.

14.9.5. Na hipótese de ausência de confirmação de recebimento por meio eletrônico, a Administração deverá adotar outro meio idôneo de notificação, de modo a assegurar a ciência inequívoca da CONTRATADA.

14.9.6. A eventual recusa no recebimento da notificação será considerada como ciência válida para todos os efeitos legais, desde que devidamente comprovada por meio de registro formal da negativa de recebimento, lavrado pelo agente responsável pela entrega ou pelo serviço de correspondência, com a indicação da data, hora, local e da identificação do destinatário ou de quem se recusou a receber, bem como, sempre que possível, da respectiva assinatura ou da anotação da recusa.

14.10. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços e/ou fornecimento dos bens em desacordo com o objeto contratado.

15. DAS SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa a CONTRATADA que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

- 15.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 15.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;
- 15.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 15.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 15.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 15.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 15.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 15.1.9.** Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

15.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. **Advertência** pela falta do subitem 15.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.2.2. **Multa**, calculada na forma do edital, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 15.1 deste Termo de Referência, no percentual de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento), na hipótese de cometimento das infrações previstas nos itens 15.1.1 a 15.1.7 e de até 30% (trinta por cento), se cometidas infrações previstas nos itens 15.1.8 a 15.1.12;

15.2.2.1. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;

15.2.2.2. A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens 15.2.1, 15.2.3 e 15.2.4.

15.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 15.1.2 a 15.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 15.1.8 a 15.1.12, deste Termo de Referência;

15.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

15.4 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

15.5 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título

IV da Lei nº 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas, especialmente o disposto no caput e parágrafos do art. 158 da referida Lei, bem como as regras estabelecidas neste instrumento.

15.6 Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão fiscalizador deverá notificar o interessado contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia.

15.6.1 A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo:

- a) a descrição da conduta considerada irregular;
- b) o fundamento legal ou contratual da infração;
- c) a sanção que poderá ser aplicada;
- d) o prazo para apresentação de defesa;
- e) o local ou meio para apresentação da defesa.

15.6.2 O prazo para apresentação de defesa prévia será de:

- a) 05 (cinco) dias úteis para as penalidades de advertência e multa;
- b) 15 (quinze) dias úteis para as penalidades de impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade.

15.6.3 A CONTRATADA comunicará à Administração as mudanças de endereço ocorridas no curso da vigência contratual, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação.

15.6.4 Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a DPES proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do interessado que deverá ser exercido nos termos da Lei nº 14.133/2021.

15.6.5 O recurso administrativo será submetido à análise da Assessoria Jurídica da DPES (ASJUR) quando se tratar de sanções de impedimento ou inidoneidade.

15.7 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

15.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

15.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.7.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

15.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

15.9 A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

15.10 A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

15.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15.12 Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

15.13 Para fins de fiscalização da execução contratual e verificação do cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, as infrações poderão ser graduadas e sancionadas conforme a tabela abaixo.

Nível da Falha	Critério de Identificação	Sanção Aplicável
I – Leve	Descumprimento pontual de obrigação contratual que não cause prejuízo relevante à Administração nem comprometa a execução do objeto.	Notificação para correção imediata e, em caso de reincidência, advertência.
II – Média	Descumprimento contratual que cause atraso ou prejuízo moderado à execução do objeto, ou reincidência em falhas leves.	Aplicação de multa moratória e notificação formal para correção da irregularidade.
III – Grave	Descumprimento contratual que comprometa significativamente a execução do objeto, caracterize inexecução parcial relevante ou reincidência em falhas médias.	Aplicação de multa compensatória, podendo ser cumulada com impedimento de licitar e contratar, conforme o caso.
IV – Gravíssima	Inexecução total do contrato, fraude, apresentação de documentação falsa, comportamento inidôneo ou prática de ato ilícito contra a Administração.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

16 DA AMOSTRA

16.1 Aos licitantes participantes, que se classificarem em primeiro lugar e que não tiverem suas propostas recusadas na fase de aceitabilidade, poderão ser solicitadas amostras do produto ofertado, a serem apresentadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação pelo Pregoeiro durante a sessão pública, devendo o produto estar de acordo com as especificações detalhadas neste Termo de Referência, para avaliação técnica de compatibilidade.

16.2 Caso a amostra da autora da melhor proposta seja reprovada, será convocada a autora da segunda melhor proposta para apresentação de amostra, desde que seu preço esteja dentro da margem orçamentária da Administração, e assim sucessivamente.

16.3 O Pregoeiro solicitará à licitante, cuja proposta tenha sido aceita quanto à compatibilidade de preço, a apresentação de amostra do produto ofertado, que deverá ser encaminhada para a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, no seguinte endereço: Praça Manoel Silvino Monjardim, nº 54, Centro, Vitória/ES, CEP: 29.010-520, telefone: (27) 3198-3300, ramais 70145, 70146 e 70147, e-mail: apoio@defensoria.es.def.br, no horário de 08 às 17 horas, em dias úteis, a contar do envio da solicitação.

16.4 As amostras serão analisadas pelo setor competente da Defensoria Pública, podendo, quando necessário, ser solicitada análise técnica complementar por servidor ou equipe designada, com a devida justificativa em caso de eventual reprovação.

16.5 Os critérios adotados para análise e posterior aprovação da amostra são:

- a)** Análise de conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- b)** Análise da qualidade do produto, incluindo características sensoriais como aroma, sabor e aparência;

- c) Verificação do acondicionamento, rotulagem, prazo de validade e integridade da embalagem;
- d) Verificação da conformidade com as normas técnicas e sanitárias aplicáveis.

16.6 Para a presente licitação, entende-se por “amostra” uma unidade do produto solicitado, em embalagem original, devidamente lacrada, conforme especificações técnicas do Termo de Referência.

16.7 Os procedimentos logísticos para encaminhamento das amostras serão de exclusiva responsabilidade do licitante, sem qualquer ônus para a Administração.

16.8 Será rejeitada a amostra que:

- a) Apresentar divergência em relação às especificações técnicas exigidas;
- b) Apresentar qualidade inferior ao exigido neste Termo de Referência;
- c) Estiver em desacordo com as normas sanitárias aplicáveis;
- d) Apresentar embalagem violada, danificada ou inadequada;
- e) Não corresponder ao produto ofertado na proposta.

16.9 O resultado da avaliação será comunicado por meio dos canais oficiais utilizados no certame.

17 DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1 Não será exigida garantia contratual da execução, considerando que o objeto da contratação possui natureza de fornecimento de bens comuns, com baixo grau de complexidade e reduzido risco de inadimplemento contratual.

17.2 Os riscos inerentes à contratação mostram-se suficientemente mitigados pelas condições de recebimento, critérios de aceitação, sanções administrativas e garantia mínima dos produtos estabelecidas neste Termo de Referência, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021.

18 DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 Não serão admitidas adesões à presente Ata de Registro de Preços, considerando as limitações operacionais atualmente existentes no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, especialmente quanto à capacidade de gestão e fiscalização contratual pelo Setor Administrativo, que não dispõe de estrutura de pessoal suficiente para absorver eventual incremento de demandas decorrentes de adesões.

19 DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

19.1 O presente Termo de Referência foi elaborado e é de inteira responsabilidade da Gerência Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, unidade competente para o planejamento, coordenação e definição das diretrizes técnicas e administrativas relativas à presente contratação.

19.2 O documento reflete as necessidades institucionais identificadas, bem como os critérios técnicos e operacionais necessários à adequada execução do objeto, observando-se as disposições legais e normativas aplicáveis.

Bárbara Barbosa Alves

Assessora Padrão IV

Nº Funcional 646204-01

ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 A contratação de empresa para fornecimento de café em pacote de 500g constitui medida necessária para assegurar a adequada oferta de bebida aos membros, servidores, colaboradores e público atendido pela Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), contribuindo para o bem-estar no ambiente institucional e para o regular funcionamento das atividades administrativas e de atendimento.

1.2 O fornecimento regular de café representa importante suporte às rotinas institucionais, sendo amplamente utilizado no cotidiano dos setores administrativos, gabinetes e espaços de atendimento, favorecendo a recepção adequada do público e a manutenção de um ambiente de trabalho mais acolhedor.

1.3 A ausência ou insuficiência desse insumo pode ocasionar prejuízos ao funcionamento das unidades, impactando negativamente a rotina dos servidores e o acolhimento do público, além de comprometer a padronização e a qualidade dos serviços internos.

1.4 Nesse contexto, a disponibilização de café de boa qualidade, acondicionado em embalagens adequadas de 500g, contribui para garantir melhor conservação do produto, padronização do consumo e eficiência no controle de estoque.

1.5 A presente demanda tem como objetivo a contratação de empresa especializada no fornecimento de café em pacote de 500g, destinado a atender às necessidades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, especialmente no suporte às atividades administrativas e ao atendimento ao público.

1.6 Ressalta-se que a Defensoria Pública vem passando por processo contínuo de expansão institucional, com ampliação de suas atividades e instalação de novas unidades e núcleos de atendimento em diferentes regiões do Estado, o que eleva a demanda por insumos de consumo contínuo.

1.7 Além disso, o aumento do fluxo de usuários, bem como a ampliação das equipes de trabalho, gera a necessidade recorrente de reposição do estoque de café, a fim de garantir o abastecimento regular das unidades.

1.8 A padronização do fornecimento também contribui para a racionalização das aquisições, permitindo melhor planejamento logístico, controle de qualidade e economicidade nas contratações públicas.

1.9 A estimativa dos quantitativos necessários foi definida com base em levantamento técnico realizado pelos setores responsáveis, considerando o consumo histórico, as necessidades atuais e as projeções decorrentes da expansão institucional.

1.10 Atualmente, o fornecimento do item encontra-se amparado pela Ata de Registro de Preços nº 012/2025, com vigência até 05 de junho de 2026. Considerando a essencialidade do insumo para o regular funcionamento das atividades institucionais, mostra-se indispensável a manutenção de instrumento contratual vigente, a fim de evitar a descontinuidade do abastecimento e eventuais prejuízos aos defensores, colaboradores e assistidos desta Defensoria Pública.

1.11 Nesse contexto, torna-se necessária a instauração de novo procedimento licitatório para formação de Ata de Registro de Preços, com o objetivo de assegurar o atendimento contínuo das demandas, contemplando estimativa de consumo para os próximos 12 (doze) meses, admitida a prorrogação nos termos da legislação aplicável.

1.12 Considerando que os processos licitatórios envolvem diversas etapas administrativas e demandam prazo para sua adequada tramitação, a abertura antecipada de novo procedimento administrativo justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade do fornecimento do insumo.

1.13 Dessa forma, a realização tempestiva de novo processo licitatório busca assegurar que a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo disponha de instrumento contratual vigente capaz de atender às demandas institucionais relacionadas ao fornecimento de café, contribuindo para a adequada execução das atividades e para a melhoria das condições de trabalho e atendimento ao público.

2. DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1 A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, instrumento de planejamento que consolida as demandas de aquisições e contratações necessárias ao adequado funcionamento institucional ao longo do exercício.

2.2 A inclusão da demanda no Plano de Contratações Anual decorre do planejamento realizado pelos setores responsáveis, considerando as necessidades institucionais relacionadas ao fornecimento de insumo de consumo contínuo, indispensável ao suporte das atividades administrativas e ao atendimento ao público.

2.3 O planejamento prévio das contratações visa promover maior eficiência na gestão dos recursos públicos, permitindo à Administração organizar suas demandas de forma estruturada, assegurar a compatibilidade com as previsões orçamentárias e possibilitar a adequada condução dos procedimentos licitatórios necessários ao atendimento das necessidades institucionais.

2.4 Dessa forma, a presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, contribuindo para a continuidade do fornecimento de café, para o adequado funcionamento das unidades administrativas e para a melhoria das condições de trabalho e de atendimento ao público.

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação deverá observar, como requisitos mínimos, a estrita observância das condições estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e nos demais instrumentos que compõem o processo de contratação, a fim de garantir o adequado atendimento às demandas institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), especialmente no que se refere ao fornecimento contínuo de insumo essencial às atividades administrativas.

3.2 A empresa contratada deverá assegurar o fornecimento de café em pacote de 500g, em conformidade com as quantidades, especificações técnicas, prazos e demais condições estabelecidas neste estudo e no futuro Termo de Referência, de forma a atender às necessidades de consumo das unidades administrativas e de atendimento da instituição.

3.3 O café fornecido deverá ser do tipo torrado e moído, de boa qualidade, próprio para consumo humano, dentro do prazo de validade e sem sinais de deterioração, alteração de odor, sabor ou quaisquer características que comprometam sua qualidade.

3.4 O produto deverá apresentar padrão adequado de qualidade, com características sensoriais compatíveis com café para consumo, incluindo aroma e sabor agradáveis, bem como rendimento satisfatório.

3.5 O café deverá ser acondicionado em embalagens de 500g, devidamente lacradas, íntegras e apropriadas para a conservação do produto, garantindo a manutenção de suas características originais.

3.6 As embalagens deverão conter rotulagem em conformidade com a legislação vigente, incluindo, no mínimo, identificação do produto, marca, data de fabricação, prazo de validade, número do lote e informações do fabricante.

3.7 O produto deverá atender às normas técnicas e sanitárias aplicáveis, especialmente às disposições da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), bem como ao disposto no Decreto Estadual nº 1.674-R, de 24 de maio de 2006, que estabelece as normas técnicas para fixação da qualidade do café torrado e moído para fins de procedimento licitatório no âmbito do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo.

3.8 O café fornecido deverá observar os padrões de identidade e qualidade estabelecidos na legislação vigente, não sendo admitidos produtos fora das especificações normativas ou com indícios de adulteração.

3.9 A contratada deverá assegurar que todos os itens fornecidos estejam livres de defeitos, contaminações, avarias ou quaisquer irregularidades que comprometam sua utilização pela Administração.

3.10 Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados, de forma a evitar danos durante o transporte, armazenamento ou manuseio, garantindo sua integridade até o momento da entrega.

3.11 A entrega deverá ocorrer nos locais indicados pela Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, cabendo à contratada todas as responsabilidades relacionadas ao transporte, acondicionamento e entrega dos itens em perfeitas condições.

3.12 Os produtos deverão ser acompanhados da respectiva nota fiscal, emitida em conformidade com a legislação vigente, contendo a descrição completa dos itens fornecidos e demais informações necessárias à conferência pela Administração.

3.13 A contratada deverá substituir, às suas expensas, quaisquer produtos que apresentem defeitos, avarias, prazo de validade inadequado, divergências em relação às especificações estabelecidas ou qualquer inconformidade identificada no momento da entrega ou durante a execução contratual, sem ônus adicional para a Administração.

3.14 A empresa contratada deverá manter canal de comunicação com o setor responsável pela gestão contratual, a fim de acompanhar solicitações, confirmar entregas, prestar esclarecimentos e solucionar eventuais demandas relacionadas à execução do contrato.

3.15 Os requisitos estabelecidos neste item têm por finalidade assegurar que o fornecimento de café atenda adequadamente às necessidades institucionais, garantindo qualidade, regularidade no abastecimento e conformidade com as normas sanitárias e técnicas vigentes.

4. DA ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

4.1 A estimativa dos quantitativos necessários para a presente contratação foi definida com base em levantamento realizado pelos setores responsáveis da Defensoria

Pública do Estado do Espírito Santo, considerando o consumo médio do insumo e as demandas institucionais para o período estimado de 12 (doze) meses.

4.2 Para a definição dos quantitativos, foram considerados, entre outros aspectos, o número de unidades administrativas e de atendimento, a quantidade de servidores e colaboradores, bem como o fluxo de atendimento ao público nas diversas unidades da instituição.

4.3 A contratação visa atender aos diversos núcleos da Defensoria Pública localizados na Região Metropolitana da Grande Vitória e no interior do Estado do Espírito Santo, observando a dinâmica de distribuição e abastecimento conforme a localização das unidades.

4.4 Nesse contexto, estabelece-se que o fornecimento deverá ocorrer de forma periódica, sendo realizado mensalmente para as unidades situadas na Grande Vitória e trimestralmente para as unidades localizadas no interior do Estado, considerando aspectos logísticos, otimização de custos e eficiência no abastecimento.

4.5 Dessa forma, a estimativa de quantitativos busca assegurar que a Administração disponha de estoque suficiente para atender às necessidades institucionais durante o período de vigência do instrumento contratual, evitando tanto a insuficiência quanto o excesso de aquisição de materiais, bem como garantindo a continuidade do abastecimento das unidades.

GRUPO ÚNICO			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA
01	CAFÉ EM PÓ, TORRADO E MOÍDO –	100	4.000

CATEGORIA SUPERIOR.

Unidade de Medida: Pacote de **500g**

1. Descrição do Produto

Café em pó, torrado e moído, de safra recente, composto por grãos sadios e limpos. O produto deve apresentar aroma e sabor característicos, corpo equilibrado e ausência de sabores estranhos (como mofo, terra ou fermentação excessiva).

2. Padrões de Qualidade e Composição

- **Classificação Sensorial:** Nota de **Qualidade Global (QG) mínima de 6,0 (seis)** na escala sensorial de 0 a 10, conforme Metodologia de Avaliação Sensorial da ABIC ou norma equivalente (Portaria MAPA nº 570/2022).

- **Composição:** Blend predominante de *Coffea arabica*, sendo permitida a combinação com *Coffea canephora* (Conilon/Robusta) de alta qualidade, ou 100% Arábica.

- **Pureza:** Máximo de **1% de impurezas** (cascas e gravetos) por peso, e **0% de sedimentos** (milho, cevada, etc.).

- **Torra e Moagem:** Torra média (cor uniforme) e moagem média-fina, homogênea.

3. Acondicionamento e Validade

- **Embalagem:** Primária, hermeticamente fechada **a vácuo (estanque)**, em material laminado de alta barreira, que garanta a preservação das propriedades organolépticas.

- **Rotulagem:** Deve conter, de forma legível e indelével:

- o Data de fabricação e prazo de validade (mínimo de 6 meses no ato da entrega).
- o Selo da categoria de qualidade (Superior).
- o Informações nutricionais e número de registro no órgão competente (MAPA/ANVISA).

4. Critérios de Aceitabilidade e Comprovação

Para garantir que o produto entregue seja o especificado, a licitante deverá apresentar:

1. **Certificação PQC (Programa de Qualidade do Café) da**

ABIC: Categoria "Superior" em plena validade para a marca cotada.

2. **Alternativa ao PQC:** Caso a marca não possua selo ABIC, deverá apresentar **Laudo de Análise Sensorial** emitido por laboratório credenciado ou por provador certificado (Q-Grader), comprovando a nota de **QG \geq 6,0**, e **Laudo de**

	<p>Microscopia comprovando o índice de impureza inferior a 1%.</p> <p><i>o Nota: O órgão reserva-se o direito de realizar coletas aleatórias durante o contrato para testes de contraprova a expensas da contratada.</i></p>	
--	---	--

OBS: O Decreto Estadual nº. 1.674-R, de 24 de maio de 2006, define as normas técnicas para fixação da qualidade de café torrado e moído, para fins de procedimento licitatório, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo, de modo que as características mínimas de qualidade a serem observadas são as seguintes:

a) Classificação de bebida: em relação a esse quesito, serão permitidos produtos classificados como bebida dura para melhor, que apresentem as seguintes características sensoriais e qualidade global da bebida:

- (i) o aroma deverá ser característico de café, de suave a intenso;
- (ii) o amargor de leve a moderado;
- (iii) o sabor característico e agradável ao paladar;
- (iv) a acidez baixa;
- (v) o corpo médio ou encorpado, com qualidade global de sabor agradável recomendável, com notas igual ou superior a 6,0 pontos, numa escala de 0 a 10 pontos, seguindo a tabela de avaliação da qualidade global da bebida (segundo a Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC);

b) Espécie de café: a indústria poderá realizar combinações/blends das espécies de café arábica e conilon em quaisquer quantidades percentuais, desde que o produto final atenda a todos os quesitos de qualidade presentes no referido Decreto, como classificação de bebida e pureza;

- c) Forma de preparo: coador, se em grão torrado ou moído.
- d) Pureza do produto: os cafés participantes das licitações deverão apresentar nível de pureza em conformidade com as normas técnicas da ABIC.
- e) Embalagens: à vácuo, em conformidade com as normas técnicas da ABIC. A embalagem a vácuo foi selecionada pelo prazo de validade ser estendido em comparação com as demais embalagens, principalmente a embalagem Almofada, conforme informações técnicas obtidas no site da ABIC: *Podem estar acondicionados em embalagem Almofada (validade no máximo de 4 meses) ou à Vácuo (validade máxima de 12 meses) a partir da entrega pelo fornecedor (...)*
- f) Prazo de validade: para embalagens do tipo vácuo puro, 12 (doze) meses, e do tipo válvula aromática, 06 (seis) meses;

5 DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as soluções atualmente disponíveis capazes de atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo quanto ao fornecimento de café em pacote de 500g, destinado ao consumo nas unidades administrativas e de atendimento.

5.2 Em observância ao art. 18, §1º, IV, da Lei nº 14.133/2021, a equipe de planejamento analisou alternativas existentes no mercado para atendimento da demanda institucional, considerando critérios como qualidade do produto, padronização, custo estimado, logística de distribuição, facilidade de armazenamento e aceitação para consumo. A análise comparativa das alternativas avaliadas encontra-se apresentada no quadro a seguir:

Alternativa	Qualidade	Custo Estimado	Facilidade de Gestão e	Viabilidade Técnica /	Conclusão
-------------	-----------	----------------	------------------------	-----------------------	-----------

Analisada	Adequação ao Uso Institucion al		Manutenção	Uso Institucional	
Fornecime nto de café torrado e moído em pacote de 500g	Alta. Produto amplament e utilizado, com padrão de qualidade definido por normas técnicas e adequado ao consumo instituciona l.	Moderado. Com patível com o consumo contínuo e com o mercado fornecedor.	Alta. Facilidade de armazenament o, controle de estoque e distribuição entre unidades.	Alta. Atende plenamente às necessidades institucionais .	SOLUÇÃO O ESCOLHI DA
Aquisição de café em embalagen s de maior volume (ex: 1kg)	Alta. Produto similar, porém com menor controle de porcioname nto.	Moderado. Pode apresentar leve economia por volume.	Média. Maior risco de perda de qualidade após abertura e menor controle de consumo.	Viável, porém com menor eficiência operacional.	Não recomenda da
Fornecime nto de café em cápsulas ou sistemas automatiza dos	Alta. Qualidade padronizad a.	Alto. Custo significativament e superior.	Média. Exige equipamentos específicos e manutenção.	Viável apenas para usos específicos, não para consumo amplo.	Descartada por alto custo

Aquisição descentralizada pelas unidades	Variável. Ausência de padronização da qualidade.	Variável, com tendência a maior custo global.	Baixa. Dificuldade de controle e gestão contratual.	Inadequada para gestão eficiente.	Descartada por ineficiência
--	--	--	--	--	-----------------------------

5.3 Após a análise das alternativas disponíveis no mercado, verificou-se que o fornecimento de café torrado e moído em embalagens de 500g representa a solução que melhor atende às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, considerando critérios técnicos, operacionais e econômicos.

5.4 A escolha fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- a)** Adequação ao uso institucional: produto amplamente consumido, atendendo às rotinas administrativas e ao atendimento ao público;
- b)** Padronização: permite uniformidade na qualidade do insumo fornecido às diversas unidades;
- c)** Viabilidade econômica: apresenta custo compatível com o mercado, especialmente em aquisições em escala;
- d)** Facilidade logística: embalagem de 500g favorece o armazenamento, distribuição e controle de estoque;
- e)** Disponibilidade no mercado: ampla oferta de fornecedores, favorecendo a competitividade do certame;
- f)** Conformidade normativa: possibilidade de exigência de atendimento às normas técnicas e ao Decreto Estadual nº 1.674-R/2006.

5.5 Conclui-se, portanto, que a prospecção de mercado aponta para o fornecimento de café torrado e moído em pacote de 500g como a solução que melhor harmoniza qualidade, viabilidade operacional, padronização e economicidade, atendendo de forma adequada às necessidades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

6 DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1 A estimativa preliminar de preços apresentada a seguir tem por finalidade subsidiar a análise da viabilidade orçamentária e financeira da contratação para o fornecimento de café em pacote de 500g, destinado ao atendimento das necessidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), bem como fornecer parâmetro inicial para a adequada instrução processual.

6.2 Os valores estimados foram obtidos mediante pesquisa de mercado junto a fornecedores do ramo alimentício, observando-se os princípios da razoabilidade, economicidade, competitividade e vantajosidade para a Administração Pública, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

6.3 A pesquisa de preços considerou produtos com características equivalentes quanto à qualidade, tipo (café torrado e moído), embalagem de 500g, marca, padrão de consumo e condições de fornecimento, de modo a assegurar maior fidedignidade na formação do valor estimado da contratação, refletindo os preços praticados no mercado para itens similares.

6.4 Ressalta-se que os valores apresentados possuem caráter estimativo e têm como finalidade orientar o planejamento da contratação, podendo sofrer variações conforme as propostas efetivamente apresentadas no certame licitatório.

GRUPO UNICO							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	FORNECEDOR: J.T INDUSTRIA E COMERCIO DE CAFES LTDA EPP	FORNECEDOR: AGROPECUÁRIA FAZENDA DO BENTO IND. E COM. LTDA	FORNECEDOR: DMS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE CAFÉ LTDA – ARP Nº 01-2025 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO GLOBAL
01	Café em pó, torrado e moído – categoria superior.	4.000	R\$ 24,25	R\$ 31,55	R\$ 13,65	R\$ 23,15	R\$ 92.600,00

6.5 O valor estimado da contratação foi obtido por meio de pesquisa de preços realizada junto a fornecedores do ramo. Com base nos levantamentos efetuados, será possível estabelecer o valor médio estimado da contratação, considerando os preços unitários e globais obtidos a partir das cotações realizadas, o valor total estimado da contratação será de **R\$ 92.600,00 (noventa e dois mil e seiscentos reais)** para o grupo único.

6.6 Considerando os levantamentos efetuados, foi possível estabelecer um valor estimado para a contratação, que servirá como parâmetro inicial para a análise da viabilidade orçamentária e para a adequada instrução do processo administrativo de contratação.

6.7 O Sistema de Registro de Preços mostra-se especialmente adequado à presente contratação em razão da natureza contínua e variável da demanda, considerando o consumo recorrente do produto pelas unidades da instituição, permitindo aquisições sob demanda, conforme a necessidade administrativa e disponibilidade orçamentária.

6.8 Ressalta-se que o valor estimado contempla todos os custos necessários ao fornecimento do produto, incluindo despesas relacionadas à aquisição, armazenamento, logística, transporte, entrega e demais encargos incidentes, de modo a assegurar o atendimento às unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, tanto na Região Metropolitana da Grande Vitória quanto no interior do Estado.

6.9 Ressalva-se, ainda, que a pesquisa final de preços mercadológicos será realizada pelo Setor de Compras em momento oportuno, com vistas à consolidação e atualização do valor de referência que subsidiará a elaboração do edital e a condução do certame licitatório, garantindo maior aderência aos preços praticados no mercado no momento da licitação.

6.10 Considerando a natureza estimada da contratação por meio do Sistema de Registro de Preços, destaca-se que os valores apresentados não representam obrigação de contratação integral das quantidades registradas, tendo em vista que a utilização da Ata ocorrerá conforme a necessidade administrativa e disponibilidade orçamentária da instituição.

7 DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 A solução consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de café torrado e moído, em embalagem de 500g, destinado ao atendimento das necessidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), contribuindo para o adequado funcionamento das atividades administrativas e de atendimento ao público.

7.2 Considerando a natureza do objeto e o disposto nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, que tratam do Sistema de Registro de Preços, bem como o art. 3º, incisos I e II, do Decreto nº 11.462/2023, verifica-se ser conveniente e oportuno que o fornecimento seja realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Instituição.

7.3 A solução contempla o fornecimento de café, sob demanda, permitindo o abastecimento contínuo das unidades administrativas e de atendimento, com distribuição conforme a localização e a necessidade de consumo.

7.4 Todos os produtos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, e atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, bem como observar as normas técnicas e sanitárias aplicáveis, incluindo o Decreto Estadual nº 1.674-R/2006.

7.5 O café deverá apresentar qualidade compatível com as finalidades institucionais, observando padrões adequados de sabor, aroma, pureza e acondicionamento, sendo vedado o fornecimento de produto impróprio para consumo.

7.6 A contratação deverá observar, quando aplicável, critérios de sustentabilidade, incluindo boas práticas relacionadas ao armazenamento, transporte e descarte de embalagens, bem como a preferência por produtos que atendam a padrões de qualidade reconhecidos.

7.7 O pagamento será efetuado de acordo com a efetiva entrega dos produtos, mediante comprovação da conformidade com as especificações técnicas e quantitativas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar.

7.8 O prazo máximo para entrega dos produtos será de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

7.9 Os produtos deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado da DPES, localizado no endereço: Av. Coronel Martins de Figueiredo, nº 152, Bairro Maruípe, Vitória/ES, CEP: 29043-060.

7.10 O recebimento inicial será realizado a título provisório, mediante conferência das quantidades, especificações e condições das embalagens. A análise definitiva de conformidade será realizada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, por servidor designado ou comissão responsável.

7.11 Serão verificados, entre outros aspectos:

- a) Conformidade com as especificações técnicas exigidas;
- b) Integridade das embalagens e ausência de avarias;
- c) Prazo de validade adequado;
- d) Quantidade e características conforme solicitado;
- e) Rotulagem e identificação do produto;

- f) Conformidade com as normas sanitárias aplicáveis.

7.12 Serão recusados os produtos que apresentem quaisquer das seguintes condições:

- a) Falta de conformidade com as especificações técnicas estabelecidas;
- b) Embalagens violadas, danificadas ou com sinais de deterioração;
- c) Produto com prazo de validade inadequado;
- d) Indícios de alteração de qualidade (odor, cor ou aparência);
- e) Descumprimento das normas sanitárias e técnicas aplicáveis.

7.13 Em caso de defeito, irregularidade ou não conformidade identificada após o recebimento, a contratada deverá substituir integralmente os produtos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

7.14 A contratada será responsável por todos os custos e encargos relacionados ao transporte, acondicionamento, carga e descarga dos produtos, devendo garantir a integridade e adequação para consumo até o efetivo recebimento pela Administração.

7.15 Os produtos deverão ser entregues acompanhados da respectiva nota fiscal e das informações necessárias à sua identificação, incluindo lote, data de fabricação e validade, de modo a permitir a verificação da conformidade com as condições contratadas.

8 DA JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO

8.1 A Lei nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 40, inciso V, alínea “b”, que o parcelamento do objeto deverá ser adotado sempre que se mostrar tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração Pública, com o objetivo de ampliar a competitividade do certame.

8.2 No presente caso, a contratação refere-se ao fornecimento de café torrado e moído em embalagem de 500g, caracterizado como bem comum, com especificações padronizadas e amplamente disponíveis no mercado.

8.3 Embora a legislação preveja a possibilidade de parcelamento, a análise técnica realizada no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar demonstra que não há viabilidade técnica para o parcelamento do objeto, uma vez que se trata de fornecimento de item único, sem divisão em categorias ou lotes distintos.

8.4 A eventual divisão da contratação não traria benefícios à Administração, podendo, inclusive, gerar riscos à padronização do produto fornecido, com possíveis variações de qualidade, marca, sabor e características sensoriais, o que não se mostra adequado ao consumo institucional.

8.5 Além disso, a contratação de múltiplos fornecedores para o mesmo item poderia acarretar maior complexidade na gestão contratual, dificultando o controle de qualidade, o gerenciamento de entregas e a fiscalização do contrato.

8.6 Sob o aspecto econômico, a contratação em item único tende a favorecer a obtenção de proposta mais vantajosa, considerando o ganho de escala e a maior atratividade para fornecedores, ampliando a competitividade do certame.

8.7 Dessa forma, conclui-se que não há viabilidade técnica nem vantagem econômica no parcelamento do objeto, sendo mais adequada a realização da contratação em item único, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

9 DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1 A presente contratação tem por objetivo viabilizar o fornecimento de café torrado e moído em embalagem de 500g, destinado ao atendimento das necessidades das unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo – DPES, contribuindo para o adequado funcionamento das atividades administrativas e de atendimento ao público.

9.2 Com a contratação, pretende-se assegurar o fornecimento contínuo do insumo às unidades administrativas e de atendimento, proporcionando melhores condições de trabalho aos servidores e colaboradores, bem como um ambiente mais acolhedor ao público atendido.

9.3 Busca-se promover a padronização do produto fornecido, garantindo uniformidade na qualidade do café disponibilizado nas diversas unidades da instituição, bem como maior controle sobre o consumo e a gestão do estoque.

9.4 A utilização do Sistema de Registro de Preços permitirá a aquisição parcelada do produto ao longo da vigência da ata, conforme a necessidade da Administração, proporcionando maior flexibilidade no planejamento das aquisições, otimização da gestão de recursos e racionalização dos gastos públicos.

9.5 Como resultados esperados, pretende-se garantir o abastecimento regular das unidades da Defensoria Pública, evitar descontinuidade no fornecimento do insumo, assegurar padrões adequados de qualidade e contribuir para a melhoria das condições de trabalho e de atendimento ao público nas unidades da instituição.

10 DAS PROVIDÊNCIAS ANTERIORES À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Previamente à formalização da contratação, deverão ser adotadas todas as providências administrativas necessárias à adequada instrução do processo licitatório destinado ao fornecimento de café torrado e moído em embalagem de 500g, em atendimento às necessidades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo – DPES.

10.2 Para tanto, deverá ser devidamente concluída a fase interna do procedimento de contratação, compreendendo a elaboração, análise técnica, validação e aprovação do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência e dos demais documentos que integram o processo administrativo de contratação, assegurando-se a plena conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como com os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, transparência e interesse público.

10.3 Deverá ser previamente verificada a existência de disponibilidade orçamentária suficiente para suportar as despesas decorrentes da contratação, observando-se as normas aplicáveis ao planejamento, programação e execução orçamentária da Administração Pública, bem como a compatibilidade da despesa com os instrumentos de planejamento institucional.

10.4 A empresa vencedora do certame deverá comprovar, previamente à formalização da Ata de Registro de Preços ou instrumento contratual equivalente, o pleno atendimento às exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista

e previdenciária, bem como aos demais requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira previstos no edital de licitação.

10.5 Após a formalização da contratação, deverá ser providenciada a publicação do extrato da Ata de Registro de Preços ou do instrumento contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021, garantindo a transparência e publicidade dos atos administrativos relacionados à contratação.

10.6 Caberá ainda à Administração designar formalmente os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, que deverão verificar a conformidade do café fornecido com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, especialmente quanto à qualidade, prazo de validade, acondicionamento e atendimento às normas sanitárias, bem como acompanhar as entregas realizadas e adotar as providências necessárias à adequada gestão da contratação.

10.7 Todas as providências mencionadas deverão ser adotadas de forma a assegurar a regularidade do processo de contratação, a adequada gestão dos recursos públicos e a obtenção da solução mais vantajosa para a Administração Pública, observando-se as diretrizes de governança, planejamento e gestão de contratações estabelecidas na legislação vigente.

11 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1 Após análise do objeto e das necessidades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo – DPES, verificou-se que não existem contratações correlatas ou interdependentes diretamente vinculadas à presente contratação.

11.2 O fornecimento de café torrado e moído em embalagem de 500g, objeto deste Estudo Técnico Preliminar, poderá ser realizado de forma independente, não havendo necessidade de contratações complementares ou simultâneas para viabilizar sua execução e utilização no âmbito da instituição.

11.3 Dessa forma, conclui-se que a presente contratação possui autonomia administrativa e operacional, não estando condicionada à execução de outros contratos ou processos de contratação em andamento, sendo suficiente, por si só, para atender às demandas institucionais relacionadas ao fornecimento do insumo.

12 DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1 A presente contratação refere-se ao fornecimento de café torrado e moído em embalagem de 500g, destinado ao atendimento das necessidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo – DPES. Considerando a natureza do objeto, não se identificam impactos ambientais negativos significativos diretamente associados à contratação, uma vez que não envolve atividades produtivas conduzidas pela Administração.

12.2 O produto a ser fornecido é amplamente consumido e distribuído no mercado, apresentando impactos ambientais indiretos relacionados à sua cadeia produtiva e ao consumo de embalagens, os quais podem ser mitigados mediante a adoção de boas práticas de aquisição e consumo.

12.3 Durante a execução contratual, eventuais resíduos decorrentes de embalagens deverão ser adequadamente gerenciados, observando-se as boas práticas de descarte e, sempre que possível, a destinação para reciclagem, em conformidade com a legislação ambiental aplicável.

12.4 Recomenda-se que o produto seja fornecido em embalagens adequadas, resistentes e que garantam a preservação de suas características, contribuindo para a redução de perdas, desperdícios e descarte indevido.

12.5 Sempre que possível, deverão ser observados critérios de sustentabilidade, tais como a preferência por fornecedores que adotem boas práticas ambientais em seus processos produtivos, bem como a utilização de embalagens que possibilitem reciclagem ou menor impacto ambiental.

12.6 Dessa forma, conclui-se que a presente contratação apresenta baixo potencial de impacto ambiental, estando alinhada às boas práticas de sustentabilidade na Administração Pública e às diretrizes de uso responsável dos recursos públicos.

13 DA VIABILIDADE DE CONTRATAÇÃO

13.1 Diante das análises de viabilidade técnica e econômica realizadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, verifica-se que a contratação para o fornecimento de café torrado e moído em embalagem de 500g mostra-se adequada, necessária e plenamente justificável, em conformidade com a legislação vigente, especialmente com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

13.2 O fornecimento do referido insumo é fundamental para o adequado atendimento das necessidades das unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, contribuindo para a manutenção das atividades administrativas e para a melhoria das condições de atendimento ao público.

13.3 A disponibilização regular de café favorece o adequado funcionamento dos ambientes institucionais, proporcionando melhores condições de trabalho aos servidores e colaboradores, bem como um ambiente mais acolhedor ao público atendido.

13.4 Ademais, por se tratar de produto amplamente disponível no mercado, com características padronizadas e fornecimento consolidado por diversos fornecedores do ramo alimentício, a contratação apresenta baixo risco operacional, ampla

competitividade e adequada previsibilidade quanto ao fornecimento, fatores que contribuem para maior eficiência administrativa e economicidade na aplicação dos recursos públicos.

13.5 A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada diante da natureza contínua e recorrente da demanda institucional, permitindo aquisições parceladas ao longo da vigência da ata, conforme a necessidade da Administração.

13.6 O Sistema de Registro de Preços também proporciona maior flexibilidade no planejamento das aquisições e contribui para a otimização da gestão dos recursos orçamentários, permitindo que a Administração realize as aquisições conforme a evolução das necessidades institucionais.

13.7 Dessa forma, conclui-se pela viabilidade técnica e econômica da contratação para o fornecimento de café em pacote de 500g destinado às unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, garantindo o abastecimento contínuo, a padronização do insumo e o adequado funcionamento das atividades institucionais.

Bárbara Barbosa Alves

Assessora Padrão IV

Nº Funcional 646204-01

ANEXO III – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO PREGÃO n.º **XX/2025**

LICITANTE:**XXX**....

CNPJ:.....**XX**....

Pela presente, formulamos Proposta Comercial para fornecimento dos produtos supracitados, de acordo com todas as condições do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/202x** e seus anexos, conforme segue:

GRUPO ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS	MARCA/MODELO	UN	QUANT. MÍN	QUANT. MÁX	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<p>CAFÉ EM PÓ, TORRADO E MOÍDO – CATEGORIA SUPERIOR Unidade de Medida: Pacote de 500g</p> <p>1. Descrição do Produto</p> <p>Café em pó, torrado e moído, de safra recente, composto por grãos saudios e limpos. O produto deve apresentar aroma e sabor característicos, corpo equilibrado e ausência de sabores estranhos (como mofo, terra ou fermentação excessiva).</p> <p>2. Padrões de Qualidade e Composição</p> <p>· Classificação Sensorial: Nota de Qualidade Global (QG) mínima de 6,0 (seis) na escala sensorial de 0 a 10, conforme Metodologia de Avaliação Sensorial da ABIC ou norma equivalente (Portaria MAPA nº 570/2022).</p> <p>· Composição: Blend predominante de <i>Coffea arabica</i>, sendo permitida a combinação com <i>Coffea canephora</i> (Conilon/Robusta) de alta qualidade, ou 100% Arábica.</p> <p>· Pureza: Máximo de 1% de impurezas (cascas e gravetos) por peso, e 0% de sedimentos (milho, cevada, etc.).</p> <p>· Torra e Moagem: Torra média (cor uniforme) e moagem</p>	... XX ../... XX ..	PACOTE	100	4.000	R\$26,93	R\$107.720,00

	<p>média-fina, homogênea.</p> <p>3. Acondicionamento e Validade</p> <ul style="list-style-type: none"> Embalagem: Primária, hermeticamente fechada a vácuo (estanque), em material laminado de alta barreira, que garanta a preservação das propriedades organolépticas. Rotulagem: Deve conter, de forma legível e indelével: <ul style="list-style-type: none"> o Data de fabricação e prazo de validade (mínimo de 6 meses no ato da entrega). o Selo da categoria de qualidade (Superior). o Informações nutricionais e número de registro no órgão competente (MAPA/ANVISA). <p>4. Critérios de Aceitabilidade e Comprovação</p> <p>Para garantir que o produto entregue seja o especificado, a licitante deverá apresentar:</p> <p>1. Certificação PQC (Programa de Qualidade do Café) da ABIC: Categoria "Superior" em plena validade para a marca cotada.</p> <p>2. Alternativa ao PQC: Caso a marca não possua selo ABIC, deverá apresentar Laudo de Análise Sensorial emitido por laboratório credenciado ou por provador certificado (Q-Grader), comprovando a nota de QG ≥ 6,0, e Laudo de Microscopia comprovando o índice de impureza inferior a 1%.</p> <p>o <i>Nota: O órgão reserva-se o direito de realizar coletas aleatórias durante o contrato para testes de contraprova a expensas da contratada</i></p>						
	<p>TOTAL: <i>RS 107.720,00 (cento e sete mil e setessentos e vinte reais)</i></p>						

VALOR TOTAL DA ATA:

RS107.720,00 (cento e sete mil e setessentos e vinte reais)

Cidade, xx de xxx de 2026.

...EMPRESA...

Nome do Representante

Instruções de preenchimento:

- a) *A licitante deverá informar os preços por item, total do item e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.*
- b) *Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos. A proposta de preços deverá estar datada e assinada.*

MANUTIDA

ANEXO IV – DADOS COMPLEMENTARES DO LICITANTE

IDENTIFICAÇÃO DO CERTAME			
Pregão Eletrônico: ..xx../202X		Data de abertura: ..xx../xx../xxxx.....	
DADOS DA LICITANTE			
Nome da empresa:		CNPJ:	Endereço:
CEP:	Telefone:	Telefone:	E-mail:
DADOS BANCÁRIOS			
Banco:	Agência:	Conta:	Tipo de Conta:
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO			
Nome:		CPF:	RG/órgão emissor:
Instrumento de Outorga de Poderes:		Telefone:	Telefone:
CERTIFICAÇÃO DIGITAL			
O representante legal assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil?		() Sim	() Não

ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo n.º 00000450/2026

Pregão n.º XXX/XXXX

ID CiudadES n.º XXXXXX

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX/202XX

Pelo presente instrumento, a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.671.513/0001-24, com sede na Praça Manoel Silvino Monjardim, 54, Centro, Vitória/ES, CEP 29.010-520, representada legalmente pelo seu Segundo Subdefensor Público-Geral Dr. Leonardo Grobberio Pinheiro, brasileiro, delegação de competência concedida pela Portaria DPES n.º 948, publicada no Diário Oficial do Espírito Santo em 02 de setembro de 2024, com endereço profissional na Praça Manoel Monjardim, 54, Centro, Vitória/ES, CEP 29010-520, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, realizado pelo sistema de **REGISTRO DE PREÇOS**, registrado no Processo de n.º 00000450/2026, publicada no **....DIÁRIO OU PNCP..... em de de 20....**, e a respectiva homologação exarada no documento **.....** do processo acima informado, RESOLVE registrar os preços da empresa **.....**, pessoa jurídica de natureza privada, inscrita no CNPJ sob n.º **.....**, com endereço **.....**, neste ato representado por **.....**, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação alcançada por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, **Edital do pregão n.º XXXX** e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 14.133/2021, no Decreto n.º 11.462/2023 e Decreto Estadual n.º 5354-R/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CAFÉ EM PACOTE DE 500G PARA ATENDER À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.**

2. DO PREÇO

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada coincidem com os preços definidos no Anexo I desta Ata e, nela, estão incluídas todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador desta Ata é a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

3.2. Além do gerenciador, não há entidades públicas participantes do Registro de Preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.2. Não serão admitidas adesões a referida Ata de Registro de Preços.

5. DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento

da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de **autorização de fornecimento**, conforme o art. 95 da Lei n.º 14.133/2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela.

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a

ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei n.º 14.133/2021:

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso, desde que:

7.2.1. O requerimento seja formulado antes da formalização do contrato ou aceite da ordem de fornecimento ou execução;

7.2.2. A modificação das condições que impactam na formação do preço seja substancial e extraordinária, de forma a caracterizar alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor da ARP e os da Administração Pública; e

7.2.3. Seja efetivamente comprovada a desatualização, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

7.2.4. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021, e na legislação aplicável;

7.2.5. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7;

7.2.6. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;

7.2.7. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará poderá:

7.2.7.1. Efetuar a atualização do preço registrado, nos termos requeridos pelo fornecedor, mediante celebração de termo aditivo; ou

7.2.7.2. Cancelar o preço registrado, liberando o fornecedor do compromisso assumido, sem a aplicação de sanções administrativas.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não formalizar o contrato ou a retirada da autorização de fornecimento, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto n.º 11.462/2023, bem como Decreto Estadual 5354-R/2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às

contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

10.1. Integram esta Ata de Registro de Preços, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os documentos e instruções que compõem o Processo n.º 0000450/2026 o Termo de Referência, o Edital de Licitação e a Proposta Comercial do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência parte integrante desta Ata.

12. DO FORO

12.1. Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Vitória, data e hora da última assinatura eletrônica

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEONARDO GROBBERIO PINHEIRO

Segundo Subdefensor Público-Geral

Assinado eletronicamente

NOME DA CONTRATADA

**NOME DO REPRESENTANTE COM PODERES PARA FIRMAR
COPROMISSO**

Assinado eletronicamente

ANEXO I – REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR ADJUDICADO

FORNECEDOR:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

REPRESENTANTE:

GRUPO ÚNICO			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA
01	<p>CAFÉ EM PÓ, TORRADO E MOÍDO – CATEGORIA SUPERIOR.</p> <p>Unidade de Medida: Pacote de 500g</p> <p>1. Descrição do Produto</p> <p>Café em pó, torrado e moído, de safra recente, composto por grãos sadios e limpos. O produto deve apresentar aroma e sabor característicos, corpo equilibrado e ausência de sabores estranhos (como mofo, terra ou fermentação excessiva).</p> <p>2. Padrões de Qualidade e Composição</p> <p>· Classificação Sensorial: Nota de Qualidade Global (QG) mínima de 6,0 (seis) na escala sensorial de 0 a 10, conforme Metodologia de Avaliação Sensorial da ABIC ou norma equivalente (Portaria MAPA nº 570/2022).</p> <p>· Composição: Blend predominante de <i>Coffea arabica</i>, sendo permitida a combinação com <i>Coffea canephora</i> (Conilon/Robusta) de alta qualidade, ou 100% Arábica.</p> <p>· Pureza: Máximo de 1% de impurezas (cascas e gravetos) por peso, e 0% de sedimentos (milho, cevada, etc.).</p> <p>· Torra e Moagem: Torra média (cor uniforme) e moagem média-fina, homogênea.</p> <p>3. Acondicionamento e Validade</p> <p>· Embalagem: Primária, hermeticamente fechada a vácuo (estanque), em material laminado de alta barreira, que garanta a preservação das propriedades organolépticas.</p> <p>· Rotulagem: Deve conter, de forma legível e indelével:</p> <p>o Data de fabricação e prazo de validade (mínimo</p>	100	4.000

<p>de 6 meses no ato da entrega).</p> <p>o Selo da categoria de qualidade (Superior).</p> <p>o Informações nutricionais e número de registro no órgão competente (MAPA/ANVISA).</p> <p>4. Critérios de Aceitabilidade e Comprovação</p> <p>Para garantir que o produto entregue seja o especificado, a licitante deverá apresentar:</p> <p>1. Certificação PQC (Programa de Qualidade do Café) da ABIC: Categoria "Superior" em plena validade para a marca cotada.</p> <p>2. Alternativa ao PQC: Caso a marca não possua selo ABIC, deverá apresentar Laudo de Análise Sensorial emitido por laboratório credenciado ou por provador certificado (Q-Grader), comprovando a nota de QG ≥ 6,0, e Laudo de Microscopia comprovando o índice de impureza inferior a 1%.</p> <p>o <i>Nota: O órgão reserva-se o direito de realizar coletas aleatórias durante o contrato para testes de contraprova a expensas da contratada.</i></p>		
---	--	--

ANEXO II – CADASTRO DE RESERVA

Não há licitantes no cadastro de reserva, conforme consta nos autos do processo 00000450/2026, documento XXXXX

Ordem de classificação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

1º -

FORNECEDOR:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE: [REDACTED]

REPRESENTANTE: [REDACTED]

LOTE 01

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	QNT MÍN	QNT MÁX	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

2º -

FORNECEDOR: [REDACTED]

CNPJ: [REDACTED]

ENDEREÇO: [REDACTED]

TELEFONE: [REDACTED]

REPRESENTANTE: [REDACTED]

LOTE 01

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	QNT MÍN	QNT MÁX	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

ANEXO III – ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

Ordem de classificação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

1º -

FORNECEDOR: [REDACTED]

CNPJ: [REDACTED]

ENDEREÇO: [REDACTED]

TELEFONE: [REDACTED]

REPRESENTANTE: [REDACTED]

LOTE 01

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	QNT MÍN	QNT MÁX	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

2º -

FORNECEDOR: [REDACTED]

CNPJ: [REDACTED]

ENDEREÇO: [REDACTED]

TELEFONE: [REDACTED]

REPRESENTANTE: [REDACTED]

LOTE 01

ITE M	ESPECIFICAÇÃ O	MARC A	MODEL O	QN T MÍN	QNT MÁ X	VALO R UNIT.	VALO R TOTA L



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESPÍRITO SANTO

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

MINUTA